

## Notas sobre a estrutura da experiência: um ponto-de-vista ontológico

O que se segue são meras notas para um esboço de teoria: nada definitivo ou bastante desenvolvido, portanto.<sup>1</sup> O uso da palavra “estrutura”, no título, pretende sugerir o aspecto atemporal do que pretendo visar. Até mesmo um tempo infinito, sem começo nem fim, ainda é tempo. Eterno é o que está *fora* do tempo. E pretendo investigar se a experiência humana tem um aspecto, ou dimensão atemporal.

“Experiência” deve ser tomada, *prima facie*, no sentido usual de “experiência consciente”, portanto, como normalmente se pensa, a meu ver erroneamente, intencional. Se há ou não aspectos não intencionais em nossa experiência consciente, é uma das coisas que serão aqui objeto de alguma atenção.

Sendo a experiência em geral concebida como temporal, ou como estando “no” tempo, uma investigação ontológica sobre ela não deve pressupor o próprio tempo, mas, ao contrário, explicar sua característica temporal. Para não incorrer em círculo vicioso, a temporalidade da experiência deve ser explicada em termos do que não é temporal. (Seja como for, pressuponho, no mínimo, que a experiência do tempo distingue-se do “tempo” da experiência.)

“Ontológico” se refere, não só ao caráter categorial, abrangente, que darei ao assunto, mas também ao cuidado de sabermos, sempre que possível, *sobre o quê* estamos falando. Por exemplo: se uma “idéia” se mostra contraditória, não é uma “idéia”, em absoluto, como não o é a do quadrado redondo, de modo que, ao empregá-la, não estamos falando (ou escrevendo) sobre coisa alguma, ou não podemos saber sobre o que estamos pensando. (E rejeito as

---

\* Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

1 O leitor poderá encontrar um desenvolvimento mais extenso do assunto no primeiro Capítulo, “A estrutura da Experiência”, do meu livro *Ser Humano – Um Ensaio em Antropologia Filosófica*, no prelo, com publicação agendada para março de 2005, mas acessível em circulação interna, na PUC-Rio.

teses “pós-modernas” de que os significados são sempre outros significantes, ou mesmo a de que não poderia haver nada que correspondesse a um referente extra-lingüístico.)

Há idéias contraditórias, ou paradoxais, acerca da experiência: algumas pertencem ao senso comum, que nem sempre é bom senso; outras têm invadido a Filosofia, desde a sua origem. Apontar para elas deveria ser como gritar que o rei está nu, o que é sempre temerário, pois costuma acirrar os ânimos da maioria: “Mas isso é contra-intuitivo!” No entanto, é o que pretendo fazer.

Costuma-se pensar que há pouco, ou nada a se dizer sobre categorias tão abrangentes como a de “Ser enquanto Ser”, ou “Ser em si”. Haveria mais a investigar sobre seres determinados, ou “entes”. Tende-se a confundir entes com “existentes”, *a fortiori*, Ser com Existir. Tentarei evitar a confusão entre Ser e Existir, que julgo errônea. Tem-se que partir de alguns pressupostos (não justificados, ou criticados), para questionar ou criticar o que quer que seja. E um dos meus pressupostos é que *existir é estar fora do Ser* (em si). Sendo o Não-Ser a única coisa que pode contrastar com o Ser, então existir é não ser, e o Ser “é”, não “existe”. Apesar do sabor vedantino, essa idéia nada tem a ver com “ilusão”: existe o que é real. O que resta saber é como surge na experiência o ente, ou existente, ou real.

Os entes têm dupla face: seu *ser* é o Ser em si; já suas determinações (seu ser isso ou aquilo) pertencem à ordem da Existência. Os existentes, ou entes, têm, pois, sua raiz no Ser; mas o seu “ser isso ou aquilo” é produto de uma atividade, de uma “edição” da Mente, do Pensamento e da Linguagem (MPL). A MPL não trincha, ou descrença uma realidade pré-existente em suas articulações, o que a meu ver seria mero realismo ingênuo: ao contrário, a MPL implementa ativamente tal realidade, na maior parte, senão na totalidade deles, inconscientemente. A Mente e seus cérebros são “alucinadores” *on line*. As próprias distinções entre “aparência” e “realidade”, e aquela entre “fenômeno” e “ilusão”, de um lado, e “realidade”, de outro, são implementadas pela mente. Todo o domínio da Existência é implementado pela MPL, que não pode, a rigor, “tomar o Ser em si como objeto”, mas somente apontar para ele. Por “apontar” quero dizer que, embora a MPL crie aquilo para o que ela aponta, ela ainda assim *aponta* para aquilo que ela cria, ou seja, aponta *para fora* de seu próprio domínio, embora, é claro, sem lograr referir-se, no sentido estrito, ao inefável.

Penso que, dessa forma, evito, não só o realismo ingênuo, mas também um tipo qualquer de “idealismo ingênuo”, implícito, aliás, em muitas formas de pragmatismo relativista, que abdicam de trabalhar com a noção de verdade.

Escapa-me à compreensão como a Mente, o Pensamento e a Linguagem poderiam *funcionar* sem uma concepção alética (p. opos. a “epistêmica”) de verdade. Não somos, em nosso verdadeiro Ser, meros produtos da MPL, mas seus usuários. Eis o que me deixa à vontade para tentar investigar e compreender a verdadeira estrutura da MPL, sem sucumbir à crítica pós-moderna, viciosa e *ad hominem*, de que “a tentativa mesma pressupõe a MPL” (“o significado é mais um significante”, a MPL não pode apontar para nada fora dela mesma etc.).

“Tomar algo como objeto” pode ser analisado<sup>2</sup> como destacar (“editar”) algo como isso ou aquilo, ou seja, como podendo ser destacado *ele mesmo outra vez* e, por meio de uma identificação material verdadeira do tipo  $a=b$  (p. opos. a “formal”,  $a=a$ ), projetar na existência, ou realidade, como que por uma “triangulação”, um outro termo,  $x$ , como o referente único das suas diferentes descrições ou “modos de apresentação”,  $a$  e  $b$ . Note-se que tal destaque pressupõe, por sua vez, uma distinção entre o que é tomado como objeto (real, existente),  $x$ , e suas diferentes “aparências”, “modos de apresentação”, “aparências”, descrições, fenômenos etc.,  $a, b, c, \dots$ . Vou chamar esses últimos, por enquanto, de “aparências”, e o  $x$  de “realidade”. Faço assim justiça ao jogo de linguagem em que a realidade se manifestaria, não em si mesma, mas em suas aparências, ou seja, seria aquilo que se “esconderia por trás das aparências”.

Se somente pudéssemos destacar algo, p. ex.,  $a$ , como “ $a=...$ ”, ou seja, se só fosse possível destacar algo como podendo ser destacado ele mesmo *outra vez*, então, estaríamos pressupondo o tempo como condição necessária para qualquer destaque. Mas haverá um ponto nessa análise em que, para empreendê-la em sua máxima radicalidade, haveremos de investigar se faz sentido suspender os “=”, para explicar como o próprio tempo, ou o que está no tempo,  $x$ , surge da identificação de coisas atemporais, como os  $a, b, c$  etc.

A Mente, o Pensamento e a Linguagem revelam-se, à Filosofia, como pontilhados de pedras de tropeço. De fato, ao prestarmos atenção ao senso comum, tropeçamos na primeira pedra. Pois só há “aparência” se ela “realmente” aparecer, ou seja, puder ser, por sua vez, tomada como objeto, ela mesma outra vez. Mas isso significa que ela “cai” no real, no lugar de  $x$ , tornando-se ela própria inacessível tal como é em si mesma e, ao contrário, passando a ser

---

2 Em parte, essa análise foi inspirada em Butchvarov 1979. Meu uso de “destacar” corresponde ao uso de “to single out”, pelo referido Autor. No entanto, o uso que faço de suas idéias é de minha inteira responsabilidade.

objeto de inúmeras identificações. Estamos diante de um oximoro: se o real é o que não aparece em si mesmo, mas somente através das aparências, então a aparência, que aparece realmente, tampouco aparece em si mesma, mas somente através de outras aparências (e assim sucessivamente).

Sendo o real  $x$  (seja realidade ou aparência) infinito em suas determinações, ou seja, o referente de infinitas descrições, não pode haver “experiência consciente” ... *intencional*, nem de aparências, nem de realidades. A “intencionalidade” seria uma “idéia” inaplicável, o que sugere que não é idéia alguma, e que o “projeto fenomenológico” é simplesmente um projeto mal concebido. Eis a segunda pedra de tropeço.

E o que dizer da “identificação”? A Lógica e a Matemática estão cheias de equações certas, mas às custas de Metafísica errada. Embora as propriedades da identidade, segundo sua teoria paradigmática, *funcionem*, permitindo-nos saltar da Lógica à Teoria padrão dos Conjuntos, não há unanimidade sobre seu verdadeiro significado.<sup>3</sup> Pudera. A identidade é uma relação, uma relação exige pelo menos dois *relata*, o que torna estranha a chamada “reflexividade”, mais ainda quando se afirma ser esta a única propriedade gozada por todas as coisas. Em “ $a = a$ ” temos duas instâncias distintas da letra  $a$ , o que sugere ser “ $a = b$ ” o caso paradigmático da identidade, já que não há duas coisas iguais no universo. “ $a = a$ ” não pode dizer literalmente algo sobre, seja o  $a$  da esquerda, seja o  $a$  da direita. De fato, como sugeri acima, a expressão, se verdadeira, diz algo sobre uma terceira coisa,  $x$ , que chamei de “real” ou “existente”, ou ainda, “o mesmo outra vez”, aparecendo e re-aparecendo na série infinita de re-identificações,  $a=b=c=...$  Outro tropeço.

A segunda propriedade da identidade, a Lei de Leibniz, pode significar tanto o que se chama de Princípio da Identidade dos Indiscerníveis quanto o Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos. O primeiro só não é considerado verdade necessária (haveria contra-exemplos) porque supõe-se, erroneamente, um tempo e um espaço newtonianos, como tapetes pré-existentes às propriedades das coisas, nos quais estas poderiam ocupar posições distintas. Sem tal pressuposto, só haveria conjuntos de um só elemento, e a Teoria dos Conjuntos não poderia decolar. O segundo parece “garantir” um certo ar de “extensionalidade”, por abstração da opacidade intencional da “intencionalidade”, à obscura noção de “identidade numérica”. Só lamento: a identidade, assim concebida, diz de uma coisa que ela é duas e de duas coisas que elas são uma. Metafísica confusa, outro *scandalon*. Mas a Ciência é a arte

---

3 Cf. artigo de Williamson 1998.

de escamotear a ontologia, ou seja, fazer de conta que a verdadeira natureza daquilo sobre o que pensamos não faria diferença para os resultados que obtemos, para todos os propósitos práticos. (As outras duas propriedades são deriváveis das duas primeiras.)

Concordando com o slogan, “Nada de entes sem identidade”, consideremos o nosso  $x$ , o referente único das identificações materiais verdadeiras, como estando no lugar dos “entes”, ou seja, do que é ser determinado, real, existente. Essas coisas são tidas, na verdade erroneamente, como “sujeitos do devir”, ou o que preferiria chamar de “estruturas de duração”. Eis outra “idéia” extremamente obscura. Sob investigação, mostra-se contraditória: uma não-idéia. Pois se trata da “idéia” de que só muda aquilo que não muda (se o que muda também mudasse, não haveria mudança), de que algo tem que permanecer imutável para que possa, justamente (?) mudar! Sabemos, intuitivamente, que as mudanças, elas mesmas, não mudam, ou jamais saberíamos o que é que muda. Cada mudança é o que ela é, na eternidade, ou não é mudança alguma. Mas supor que algo que não muda, não muda para que possa mudar, é uma contradição. Em última análise trata-se de “muda implica não muda” ou “não muda implica muda”. O que vem a ser outra coisa tem que permanecer o que é, ou não sabemos o que é que vem a ser outra coisa.

Que me valham Zenão de Eléia, Parmênides, Platão! Sabemos intuitivamente que o tempo não passa: qual e quanto “tempo” levaria para passar?! Heráclito não teria sido tão tolo a ponto de afirmar que não nos banhamos duas vezes no mesmo rio porque haveria um rio que, permanecendo ele mesmo, não mudando, muda: o que ele deve ter querido dizer é que em cada instante eterno, em cada momento eterno do que chamamos de “tempo”, há um rio (e um banhista) diferente, único e irrepitível. As coisas são, em última análise, discretas, não “contínuas”.

Uma “estrutura de duração”, um sujeito que sofre a passagem do tempo é uma “idéia” que, examinada com cuidado, esfarela-se, não é nada absolutamente. No entanto, é isto que a MPL põe no lugar de  $x$ , o lugar do real, do existente, do que pode ser objeto de infinitas descrições ou mutações, permanecendo o mesmo, outra vez e outra vez e outra vez... Cada um dos aspectos que a mente permite que mude naquilo que não muda é objeto da mesma análise, pois há muitas maneiras de ser “um aspecto” do que não muda, e o aspecto não pode por sua vez mudar, para que possa mudar.

Pois é nesse lugar ontologicamente inconsistente, o lugar de  $x$ , que a metafísica tem colocado, tanto o Ser, a Substância, e a Essência, quanto o Acidente, além do Ente, do Real, e do Existente. Se o leitor estranhar que, por

exemplo, a essência venha sendo colocada no mesmo lugar da existência (não seria a essência o que se obtém quando se toma um objeto e se lhe abstrai a existência?), lembre-se de que o lugar do nosso  $x$  é o lugar daquilo que “permanece o mesmo ao longo do tempo, ou do espaço”; se estranhar que o próprio Ser, ou a Substância, venham sendo colocados no mesmo lugar do acidente, lembre-se de que o lugar do  $x$  é o lugar do suposto imutável, “sujeito do devir”, e de que cada acidente tem que ser o acidente que ele é, ou não ser coisa alguma.

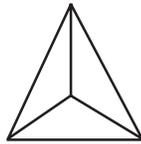
Em flagrante contraste com esse lugar de  $x$  estão os lugares ocupados por  $a$ ,  $b$ ,  $c$  etc., abstraído o sinal de “=”. Abstraída a identificação restam-nos, não, certamente, “entes”, pois não são mais identificáveis, tampouco “puras aparências”, pois não se contrapõem à realidade, mas, antes, talvez, algo como “aparições”, “objetos momentâneos”, ou “presenças instantâneas”, que não têm duração, ou seja, que são eternos, ou estão fora do tempo. São únicos, cada um deles, como o próprio Ser é único. Eis, pelo menos, um sinal do Ser, onde menos se esperaria encontrá-lo, ou seja, na “matéria prima” mesma, eterna, de que é feito o tempo, pela Mente, o Pensamento e a Linguagem, por meio das identificações. Não podemos intencioná-los como aparências, pois não são aparências de coisa alguma; nem como realidades, *ça va sans dire*. São únicos, pois não se podem repetir. Não têm “outra vez”. Não é que tenham ser: são a própria *marca* do Ser na Existência produzida pela Mente. Desvelam-nos o Ser, mas fora do tempo (como deve ser), e são velados pela repetição automática e *inconsciente* das identificações.

Não poderíamos aqui apelar para o pensamento, pois pensar é unificar o diverso em unidades, que são os conceitos. Pensar é como suturar, fazer pences em ferimentos, unindo-lhes as bordas. Não podemos apelar para a linguagem, pois nomear é o principal serviço por ela prestado ao pensamento. Na verdade não podemos apelar para a própria mente, pois sua função precípua é conjurar mundos, em passes de mágica. Prefiro apelar para uma certa concepção de consciência, embora não intencional. Se a *identidade* é a categoria mais fundamental da Mente (sempre inconsciente), então a *presença* do Ser é a categoria mais fundamental da Consciência, ou seja, da pura *transparência*.

A identidade torna as coisas ausentes do Ser, mergulhando-as na Existência. Em compensação torna possível tomar as coisas como objetos. A transparência torna as coisas presentes enquanto Ser. Em compensação torna impossível o que chamamos de “apreensão cognitiva” (ou “conativa”). A consciência não poderia ser uma propriedade da mente porque a mente é a geradora de opacidades. Ora, a luz da consciência, sem opacidades que a refletem (no

limite da opacidade máxima que a tudo reflete, teríamos o espelho), é invisível, pura transparência. As opacidades da mente são geradas pelo “=”, que dá origem, não só ao tempo, mas aos modos de apresentação do mesmo, outra vez. É a transparência da consciência que nos põe “em contato” (embora não “mental”) com o que ladeia o sinal de “=”.

Na eternidade tudo pode acontecer “ao mesmo tempo”, de modo que podemos imaginar a consciência (não a mente!) diante de um  $a$  e de um  $b$  (e de quantos mais objetos eternos quisermos). Haverá um desses pares, diante do qual a mente (não a consciência!) se mostre impotente para identificar? Se houver, seria um bom teste para a concebibilidade da nossa abstração do “=”. Pois penso que temos à mão, a título de meras metáforas, inúmeros desses pares, no caso da dualidade irreduzível partícula/onda, em Mecânica, no caso de um sinal de “=” entre uma figura quadrada e uma figura redonda, ou nas amplamente conhecidas figuras ambíguas da psicologia da percepção. Ponha-se o leitor diante de uma delas, por exemplo, esta:



Estamos em presença de dois tetraedros, o tetraedro  $a$ , com um dos vértices voltados para nós, e o tetraedro  $b$ , que volta para nós uma de suas faces. Nossa atenção não consegue fixar-se por muito tempo num deles, sem que o outro nos salte à vista. E essa mobilidade contrasta com a imobilidade da figura. Estou ciente de que o pensamento poderia tentar identificar  $a$  e  $b$ , como dois modos de apresentação de um tetraedro real, existente. Mas não o faria sem antes experimentar alguma tensão, e não apenas por tratar-se, no caso, de uma só figura, digamos pulsante. Pois, ao identificar indefinidamente objetos sem duração, como nossos  $a$ ,  $b$ ,  $c$  etc., não pode repetir um deles no lugar de  $x$ : seria como fazer a identidade referir-se ao que está num dos lados do sinal da igualdade. Com efeito, que tetraedro poderia ocupar o lugar de  $x$ , senão um dos dois que ladeiam o sinal de “=”?

Mas perceberíamos a alternância das figuras necessariamente de maneira alternada e excludente, à maneira da MPL, como se estivéssemos numa gangorra? Aparecendo uma figura, desapareceria a outra, sem dúvida. Mas foram justamente essas noções de “aparecer” e “desaparecer” que foram postas em cheque acima. A figura ambígua do tetraedro, *como uma só figura*, pode, é claro, ser projetada normalmente pelo pensamento na existência, pela iden-

tificação de duas “aparições” de dois tetraedros, *bidimensionais*: basta que o pensamento seja abandonado a si mesmo na sua desatenção natural, ou seja, basta que ele tome a figura como podendo ser tomada mais de uma vez ou simplesmente torne a tomá-la, lembrar-se dela etc. Mas será a atenção, o olhar com cuidado, que não deixará o pensamento à vontade, ou seja, que não o abandonará a si mesmo.

O que a mente faz, habitualmente, é tomar duas “presenças atemporais”, *a* e *b*, e pensar que as identifica “entre si”. Mas as identificações não podem ser literais, pois não há duas coisas iguais, de modo que, se fossem literais, todas as identificações seriam falsas. Supomos que uma identidade material é verdadeira se refere a uma coisa só e falsa se cada um dos seus termos referir-se a uma coisa distinta. Quando o pensamento identifica alguma coisa, é obrigado a considerá-la *fora* da série de reidentificações, de modo que ele não pode lidar com uma dualidade irreduzível, como a dos nossos tetraedros, sem tentar tomá-la como uma falsa identidade.

Os dois tetraedros têm fronteiras (arestas) coincidentes, mas a mente não poderia, sem desconforto, sustentar a verdade de “ $a=b$ ”, pois não poderia negar que as duas figuras são distintas. Tudo o que o pensamento poderia fazer seria manter as duas figuras distintas tensamente separadas. A tensão apontaria, não para uma “terceira coisa”, mas para uma dimensão a mais, na figura bidimensional. (Teria o pensamento essa “dimensão a mais”, ou seja, a dimensão da profundidade?) A mente estaria, aqui, diante de uma “unidade/dualidade” que ela não pode, nem ignorar, nem reduzir à mera existência, não havendo “suprassunção” dialética que a salve da abrupta *interrupção* do seu automatismo inconsciente.

Não seria concebível que esses fatos sugerissem que a experiência “participa” de dois planos ontológicos distintos e incomensuráveis, como são os planos do Ser eterno e o da Existência temporal? Será que estou falando de *impossibilia*, como o “quadrado redondo”, ou, ao contrário, de uma legítima possibilidade teórica? E ainda que a Mente, o Pensamento, e a Linguagem considerem impossível crer em coisas impossíveis, não costumava a Rainha, quando tinha a idade de Alice, pensar nelas por meia hora, todo dia, tendo mesmo algumas vezes pensado em seis delas, antes do café da manhã?

De alguma forma “sabemos” que as duas figuras estão lá, na figura ambígua, que de alguma forma “sabemos” que é uma só. Em que consiste esse “sabemos”, e onde estaria esse “lá”? Em Filosofia é muito mais importante compreender as perguntas do que enredar-se da dialética das respostas (a “erótica” do pensamento). Não iríamos muito longe com afirmações, teses,

hipóteses científicas do tipo “é assim que o cérebro funciona”, ou qualquer descrição positiva, experimental, de “fatos da psicologia da percepção”. Tampouco nos levaria longe uma análise superficial, de que o “sabemos” — já que sabemos! — só poderia equivaler a um tipo qualquer de “estado cognitivo”, ou “conhecimento”, seja no sentido epistêmico de “crença”, seja no sentido de “conteúdo cognitivo”. E quanto ao “lá”, simplesmente não está no plano em que está a figura, que é bi, e não tridimensional. O “lá” só pode estar numa interface, numa linha de fronteira compartilhada, cuja coincidência exige uma dimensão a mais, a da profundidade. Se as duas figuras forem tomadas pelo pensamento como objetos bidimensionais, e o pensamento insistir numa “territorialização”, no rebatimento achatador de sua bidimensionalidade, como se habitassem a *Flatland* da imanência, certamente produzirão desconforto.

Considero que esse exemplo, assim como o da dualidade onda/partícula, e o da dualidade quadrado/redondo mostram, pelo menos, que é concebível, não apenas como uma quimera, tomar nossos *a* e *b*, em suspensão do “=”, não como entes, realidades, existentes, ainda que estes sejam “aparências”, mas como sinais de que, na experiência, estamos “em contato”, não só com as (na verdade, incoerentes) “estruturas de duração”, “sujeitos do devir”, ou o “devir”, mas também com “presenças” atemporais, eternas. Estas últimas deveriam lembrar à Filosofia oficial, muito mais do Ser enquanto Ser, ou Ser em si, do que aquilo que as identidades conjuram.

Note-se que não parti dos *a*, *b*, *c* etc., primeiro, no tempo, para depois, no tempo, dizer que os identificamos, e, ainda depois, no tempo, abstrai-los das identificações, que são o que fazem as coisas “caírem” sob conceitos, pertencerem a extensões, ou serem reconhecidas como isso ou aquilo. Afirmei que, desde o “início” de um suposto processo temporal, só tomamos como objeto aquilo que percebemos como podendo ser percebido “outra vez” (“=”). Eis o automatismo inconsciente da mente, que, em última análise, é biológica, antes de ser também psicossocial (MPL).

Tampouco deve confundir o leitor o fato de que, ao esboçar essa teoria, parti das identificações, para, depois, no tempo de desenvolver essas notas, sugerir a abstração das suas partes atemporais. Na verdade, o que é atemporal, eterno, não vem antes, nem depois. Não há caminho, na mente, entre o temporal e o eterno, que está fora do tempo. Não há caminho entre o tempo e o não tempo.

Portanto, menos ainda poderíamos, justificadamente, pensar que, na experiência consciente, “antes” nos deparamos com o Ser, “depois” com a Existência, ou o “devir”. Nem faria sentido pensar que nos deparamos com ambos

*concomitantemente*. Pois este último termo pertence à ordem do tempo: quer dizer “ao mesmo tempo”. Melhor seria recorrer a Platão e dizer que a experiência consciente “participa” tanto do eterno quanto do temporal, tanto do Ser quanto da Existência. *Obscurum per obscurum*? Então poderíamos talvez recorrer à imagem de uma moeda e suas duas faces: no caso, a experiência seria a moeda inteira, de um lado a eternidade, de outro o tempo.

Não me parece que esteja fugindo muito da tradição. Sempre foi discutível se é ou não possível “destacar” conscientemente alguma coisa independentemente da aplicação de conceitos. E sempre foi uma ambição da Filosofia encontrar essa coisa em sua pureza, independentemente da conceitualização. Quem sabe se a discussão não deveria levar em conta os aspectos que foram descritos nestas notas?

Mas se levarmos em conta o que aqui foi dito, as conseqüências para a Metafísica podem ser um tanto drásticas. Realmente, “nada de entes sem identidades!”. Mas o critério de identidade não vai mais ser *exclusivamente* uma expressão do cientificismo (a Ciência muda suas ontologias ao sabor de suas conjecturas). Além do que imagina a Ciência, existirá tudo aquilo que puder ser indefinidamente re-identificado, dos *quarks* aos *abstracta*, do unicórnio ao Papai Noel (e acaso não podemos voltar a pensar sobre “a mesma” proposição?). E mais: nada que exista será “o Ser” (embora “tenha” ser), de modo que, ou desistiríamos de colocar substâncias e essências no lugar de *x*, ou deixaríamos simplesmente de tomar tais noções em algum sentido privilegiado, ou seja, que tenha algo a ver com o Ser enquanto Ser. Este último se pareceria muito mais com o que pudéssemos colocar no lugar dos nossos *a*, *b*, *c* etc., do que com o que pudéssemos colocar no lugar do nosso *x*.

E como saberíamos que, ao pretender estar falando sobre a mesma coisa, *x*, estamos *na verdade* falando sobre a *mesma coisa* (verdadeira ou falsamente)? Por um lado, seria preciso lembrar que verdade e critério de verdade são idéias distintas, e de que não há critério de verdade. Há pelo menos um sentido, então, em que jamais saberíamos se estamos ou não falando da mesma coisa. Por outro lado, entretanto, seria preciso admitir que, embora pareçamos “ter” mentes distintas, individuais, o fato é que a mente é *transindividual*, social, “coletiva” ou “ecológica”. De modo que não há necessidade, nem de pensar que não há a tal “mesma coisa” (o “referente”), nem de reduzir o objetivo ao intersubjetivo (“critérios externos”). Sem desprezar a possibilidade de equivocação, em geral a Mente, o Pensamento e a Linguagem têm a capacidade de “apontar” para o mesmo referente, tornando possível a comunicação. Aliás, “referir-se” é algo que *nós* (não a MPL) logramos ou não logramos fazer,

o que livra a MPL do ônus de, eles mesmos, terem ou não terem a propriedade da univocidade.

Estas notas sugerem um modelo ontológico estrutural da experiência humana. Uma das dimensões desta última tem suas raízes no Ser, no atemporal, no “único e irrepitível”, porque incomparável. Esta dimensão parece-me clara, como a luz da consciência perfeitamente transparente (não intencional). A outra dimensão parece-me obscura, como as opacidades de tantas conjurações da Mente, do Pensamento e da Linguagem: é a dimensão da Existência.

De todas as infinitas coisas que podem ser projetadas pela MPL na obscura posição de *x*, a mais importante é, sem dúvida, a coisa que se chama de “o experienciador”. Mas então este último não pode gozar do estatuto de ser pressuposto pela experiência. *Existiria*, ao invés disso, como resultado do automatismo inconsciente das identificações da MPL. Se temos um “eu”, então ele é uma obscura (contraditória!) “estrutura de duração”. Isto me sugere que, do ponto de vista antropológico-filosófico, que é um ponto de vista ontológico, *sejamos* o que chamamos de “nossas” experiências, ao contrário de as “termos”. Mas isto pode ficar para outras notas.

### Referências Bibliográficas

Butchvarov, P. *Being Qua Being*. Indiana Univ. Press, 1979.

Williamson, T. “Identity”, in Craig, E. Ed. *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, 4, 675-678, 1998.